

Os oligopólios e a economia

HUMBERTO LUCENA

JORNAL DE BRASILIA

O "Jornal do Brasil" de 1º de agosto último trouxe-nos uma matéria muito importante sobre o peso e o papel dos oligopólios na economia brasileira. Baseada em trabalho já praticamente concluído e a ser, em breve, tornado público, do economista Luciano Coutinho, professor da Universidade de Campinas, Unicamp, sob encomenda do próprio governo brasileiro, a reportagem assinada por Andrea Assef e Nilton Morita, em termos didáticos e objetivos, destrincha a participação desses grupos empresariais no sistema econômico nacional.

Para nós, que há tempos, e de modo insistente, vimos discutindo e adotando uma posição firme contra as políticas econômicas de cunho recessivo para debelar a inflação, argumentando sobretudo com o fato de que esta apenas recrudescer com a queda conjuntural de nossa capacidade produtiva, levando-nos a um quadro de estagflação crônico, as informações de referida reportagem vêm a calhar.

Com efeito, sem o pleno domínio da Ciência Econômica, mas preocupado em contribuir para uma saída da crise inflacionária, e seguindo o caminho teórico do economista Ignácio Rangel sobre o tema, temos assinalado esse incontestável comportamento da inflação brasileira cujo crescimento, em resposta a políticas restritivas, repousaria na queda mais que proporcional da oferta global, diante do declínio da demanda por bens e serviços na nossa economia. Sendo a recíproca também verdadeira.

E como seria isso possível? Em grande parte como decorrência da forte oligopolização e cartelização da economia brasileira, que têm contribuído fortemente, tanto para o crescimento da inflação quanto para a queda de oferta, alimentando, desse modo, o conhecido círculo vicioso recessão/inflação.

Evidentemente, a existência dos oligopólios nas economias capitalistas não é nem um bem nem um mal, em si. Eles são, na verdade, uma caracterização natural do desenvolvimento capitalista, que tem na concentração do capital seu modo típico e predominante de crescimento. E nem se trata de analisá-los sob a ótica moral, elegendo-os os "grandes vilões" da inflação, que, de

resto, têm sido muitos ao longo desses anos em que amargamos as mazelas estagflacionárias, ou seja, queda da capacidade produtiva mais crescimento acelerado e generalizado dos preços.

Vejamos a questão, portanto, em termos objetivos como informa a reportagem do JB. 70% de nossa economia são dominados pelos oligopólios, em diversos ramos importantes, excetuando-se desse contexto as empresas do sistema financeiro. E se considerarmos que eles se caracterizam pela ação de um pequeno grupo de empresas, controlando mais de 60% de cada um desses ramos, podemos compreender a sua força no direcionamento dos preços e seu poder de segurar ou aumentar a oferta de bens e serviços, conforme suas conveniências de preço ou margem de lucro.

Essa condição de grande margem de liberdade de ação dos oligopólios, em países de capitalismo tardio, como o nosso, sem sofrerem uma regulamentação e fiscalização rígida do governo, faz com que eles tendam a exacerbar seu poderio, cartelizando-se, ou dividindo de várias formas a produção e a distribuição dos produtos, constituindo-se algumas dessas formas verdadeiros feudos.

Não é, então, difícil de compreender o porquê de os oligopólios estarem sempre a ganhar em qualquer conjuntura econômica, em comparação com as demais empresas, particularmente as micros, pequenas e médias, que, aos milhares, lutam concorrencialmente para sobreviver ao mercado.

Há, evidentemente, que se dar curso distinto a esse comportamento, que não o de contribuir para uma concentração da renda maior ainda e a manutenção do status inflacionário por parte dos oligopólios. E, nessa trilha, como é lógico, não basta o rigor governamental, ainda mais quando calcado em legislação anacrônica e inoperante, como vimos acontecer sempre em momentos de desabastecimento e abuso nos aumentos de preços, como se deu de modo claro e acentuado durante os meses que se seguiram ao Plano Cruzado, reforçando o entendimento de que o congelamento de preços e outras medidas heterodoxas

não têm, por si só, o poder de resolver o problema inflacionário.

Dessa forma, é preciso avançar noutro sentido. Qual seja, o de arrefecer os malefícios das empresas cartelizadas, que, além do poder sobre a economia real, como já vimos, são as que detêm grandes sobras líquidas de caixa, aqui e no exterior, para alimentar a cizanda financeira, auferindo, assim, lucros financeiros adicionais, o que contribui para a manutenção das pressões inflacionárias. Em outros termos, trata-se de redirecionar essas sobras de caixa para o crescimento da oferta de bens e do provimento de serviços importantes, particularmente alguns de utilidade pública.

É um redirecionamento que está sob a responsabilidade do governo, que deve adotar uma política objetiva de saneamento das contas públicas, como já está programado, mas que não deve significar a espera demorada da conclusão do ajuste fiscal.

Como sabemos, o setor privado, malgrado todas as dificuldades, vem em rota de recuperação desde outubro do ano passado. É um movimento que requer uma sinalização e uma atitude clara e permanente do governo de que vai respaldá-la efetivamente. Por exemplo, não alimentando tanto o aumento das taxas de juros, sob a alegação de um alto déficit do Tesouro, sabidamente inverídico. Além de, concomitantemente, aprofundar conveniente e concentradamente o programa de privatizações. Isso, entre outras medidas de política industrial, e de comércio exterior, coerentemente aplicadas, poderá reverter definitivamente o quadro atual.

A possibilidade concreta é a de que, mais confiantes na retomada do crescimento, tendo mais credibilidade no governo, os agentes econômicos mobilizem-se mais intensamente no sentido de fazer crescer a economia. Os oligopólios então poderiam sentir-se mais atraídos para usar seu poderio, diferentemente de hoje, no aumento da sua oferta de bens e manter seus preços em níveis aceitáveis, passando de pretensos "vilões" a contribuintes efetivos de nosso desenvolvimento.

■ Humberto Lucena é presidente do Senado Federal